

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE BRUMADO/BA: UMA ANÁLISE SOBRE REPRESENTAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DISTINTAS

Jilvan Silva dos Santos Júnior
Ivan Luiz Ferreira da Silva
Mário Cleber Alves Oliveira
Temistocles Damasceno Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as políticas públicas de esporte e lazer implementada no município de Brumado/BA com base em representações político-partidárias distintas, no período de 2009 a 2019. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Para tal, utilizou-se as categorias analíticas estabelecidas por Barros (2009), a saber: base legal; aparato institucional; planejamento e gestão. Os resultados revelaram a escassez de prerrogativas legais correlatas ao esporte e lazer. Os dispositivos legais existentes estabelecem o atendimento prioritário ao esporte educacional. Além disso, identificou-se um processo de reorganização da estrutura administrativa direcionada ao setor com ampliação das finalidades do departamento de esportes. No que se refere ao planejamento, pode-se observar uma série de pautas voltadas ao incentivo ao esporte amador e de rendimento bem como, o fomento de atividades de lazer e promoção da saúde. Por outro lado, os instrumentos de gestão apontaram um alinhamento dos governos analisados na priorização das questões relacionadas a infraestrutura esportiva no orçamento público municipal. Apesar das ações pontuais relatadas anteriormente, pode-se concluir que a política esportiva local se apresenta de forma incremental, independentemente da configuração político-partidária dos governos analisados.

Palavras-chave: Política Pública. Gestão. Esporte. Lazer.

PUBLIC POLICIES ON SPORT AND LEISURE IN THE MUNICIPALITY OF BRUMADO/BA: AN ANALYSIS ON DIFFERENT POLITICAL PARTY REPRESENTATIONS

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the public sport and leisure policy implemented in the municipality of Brumado/BA, in the period from 2009 to 2019. It is an exploratory research and qualitative approach. For this, the analytical categories established by Barros (2009) were used, namely: legal basis; institutional apparatus; Planning and management. The results revealed the scarcity of legal prerogatives related to sports and leisure. The legal framework provides for priority attention to educational sports. In addition, a process of reorganization of the administrative structure directed to the sector was identified, with an expansion of the purposes of the sports department. With regard to planning, it is possible to observe a series of guidelines aimed at encouraging amateur and income sports, as well as promoting leisure activities and health promotion. On the other hand, the management instruments pointed to an alignment of the governments analyzed in prioritizing issues related to sports infrastructure in the municipal public budget. Despite the punctual actions previously reported, it can be concluded that the local sports policy presents itself incrementally regardless of the political-party configuration of the governments analyzed.

Keywords: Public policy. Management. Sport. Leisure.

INTRODUÇÃO

A relação entre o campo político e esportivo no contexto brasileiro ganhou ênfase por meio da Constituição Federal de 1988, tendo em vista o reconhecimento do lazer como direito e o dever do Estado frente ao acesso à prática esportiva. A literatura científica correlata ao tema aponta uma série de desdobramentos na política pública de esporte e lazer dos municípios brasileiros após a promulgação da referida lei. Contudo, a relação estabelecida entre a política em questão e as diretrizes ideológicas elencadas pelos partidos políticos brasileiros não foi investigada de forma significativa. Nesta perspectiva, acredita-se na necessidade de ampliação dos estudos na área com vistas a identificação das continuidades e rupturas do processo político abordado. Sendo assim, despertou-se o interesse em analisar as políticas públicas de esporte e lazer implementadas no município de Brumado/BA com base em representações político-partidárias distintas.

No que diz respeito a caracterização do município investigado, pode-se relatar que Brumado surgiu a partir do povoado de Bom Jesus dos Meiras, o qual pertenceu ao município de Caetité até o ano de 1911. A área total corresponde a 2.174 km² e caracteriza-se pelo clima semiárido e incidência de minerais, tais como: ferro, quartzito, cobre, calcário, mármore, etc. (BRUMADO, 2015). Os dados do IBGE (2019) apontam que no ano de 2010 a população local representava 64.602 habitantes, sendo 51% de mulheres e 49% de homens. A maior parte da população encontra-se na zona urbana (69,86%). A taxa de urbanização tem apresentado um índice considerável de crescimento. Além disso, a renda per capita média cresceu 45,23% nas últimas duas décadas. Do ponto de vista educacional, o município conta com 26 unidades escolares (16 na zona urbana e 10 na zona rural) e 04 creches. Em relação à saúde, várias ações são desenvolvidas com base nas Unidades de Saúde da Família existentes no município. Para o atendimento das demandas apresentadas, o município conta com um quadro técnico de profissionais vinculados as unidades administrativas responsáveis pelas respectivas políticas. No que diz respeito ao esporte e lazer destacam-se os espaços e equipamentos esportivos, tais como: dois ginásios de esportes; dois clubes recreativos; quadras poliesportivas, campos de várzea e um estádio de futebol. O município dispõe de biblioteca, bares, restaurantes e um centro de cultura que contemplam possibilidades de fruição do lazer (BRUMADO, 2015).

O panorama político-partidário do período analisado corresponde a três administrações distintas do poder executivo municipal. A primeira gestão diz respeito ao governo do prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Trata-se de uma reeleição do referido prefeito que até então, pertencia ao extinto Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM). Engenheiro de formação, Eduardo Lima ocupou diversos cargos na administração pública do estado da Bahia, dentre eles, a coordenação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) em Brumado. O prefeito foi eleito em 2008 com 19.448 votos, representando assim, 57,52% dos votos válidos. Em relação ao quadro político-partidário do poder legislativo municipal observou-se a prevalência de candidatos oriundos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Democratas (DEM). A segunda gestão refere-se ao governo do prefeito Aguiberto Lima Dias, vinculado ao Partido Social Liberal (PSL) e eleito com 19.387 votos em 2012, representando assim, 53,87% do total de votos válidos. A bancada da Câmara municipal foi composta basicamente por partidos com alinhamento político-partidário de esquerda, a saber: Partidos dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT). A terceira gestão esteve relacionada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) que trouxe de volta a administração da prefeitura municipal, o ex-prefeito Eduardo Lima Vasconcelos. Para tal, o partido articulou uma coligação com os seguintes partidos: Partido Republicano (PR); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Ecológico Nacional (PEN). O candidato eleito obteve 22.370 votos, totalizando 69,17% dos votos válidos. Os políticos do PDT compuseram a maior bancada do poder legislativo local. Vale destacar que a classificação político-ideológica dos partidos abordados teve como base os estudos de Maciel; Alarcon e Gimenez (2018).

Para analisar a política em questão considera-se a necessidade de destacar alguns aspectos importantes que se configuraram enquanto pontos de inflexão no delineamento do caminho teórico a ser traçado, dentre as inúmeras possibilidades existentes. Primeiramente, o recorte temporal apontado nesta pesquisa relaciona-se ao estudo sobre a administração delineada pelo poder público local, no período de 2009 a 2019. A inclusão do ano de 2009 refere-se ao início do mandato do primeiro governo analisado. O ano de 2019 foi inserido no contexto de análise pela necessidade de acompanhamento do planejamento da política analisada conforme o delineamento temporal das peças orçamentárias.

A coleta de dados foi realizada a partir da análise documental, explorando os seguintes materiais: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO). Tais dados foram coletados no portal da transparência do Tribunal de contas dos Municípios; Site oficial da Prefeitura Municipal e no portal da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB). Ao mesmo tempo, analisou-se dados sobre as propostas para o esporte e lazer publicadas pela gestão em análise, no período de campanha eleitoral. Tais dados foram coletados no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Posteriormente, realizou-se a leitura seletiva e análise dos materiais selecionados com vistas à organização dos dados através das categorias elencadas na pesquisa. A organização e tratamento dos dados foi elaborada com base nas categorias analíticas propostas por Barros (2009), a saber: arcabouço legal (presença de marcos legais que sustentem a administração da política); aparato Institucional (existência de estruturas administrativas, recursos humanos e a relação entre execução financeira e orçamento); planejamento e gestão (modelos de planejamento adotados pela gestão). A falta de documentos correlatos a análise do controle social da política em questão impossibilitou o delineamento de dados que contemplassem a referida categoria, sendo assim, optou-se pela supressão da mesma na pesquisa.

Em relação a estrutura do trabalho, apresentou-se os dispositivos legais correlatos a política analisada. Posteriormente, diagnosticou-se a capacidade técnica e operacional do aparato institucional destinado ao fomento das ações esportivas locais. Em sequência, foram elencados o planejamento e a gestão das ações direcionadas ao fomento da política de esporte e lazer com ênfase para a gestão financeira da Função Desporto e Lazer (FDL).

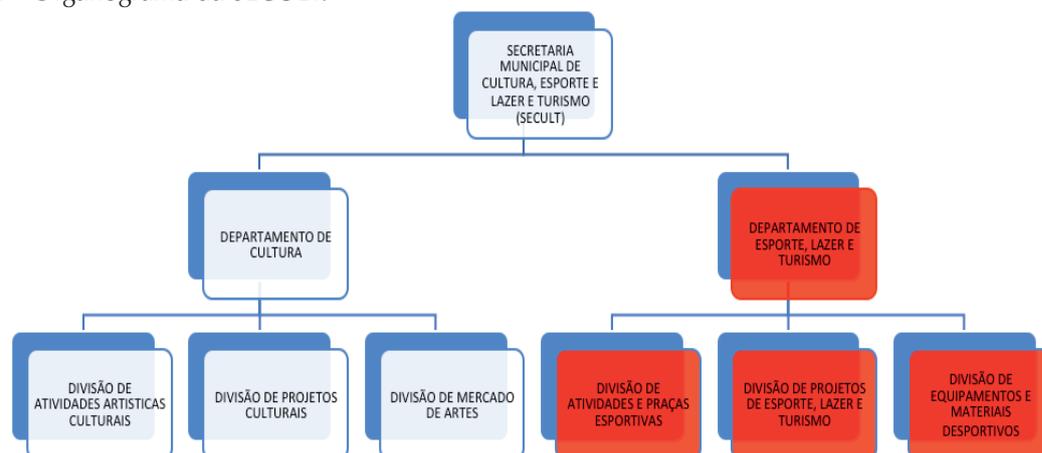
A BASE LEGAL E O APARATO INSTITUCIONAL DO ESPORTE E LAZER

A análise das políticas públicas perpassa pela compreensão da relação estabelecida entre o Estado e a sociedade com base na dinâmica política exercida pelas instituições e o grau de influência dos fatores externos que permeiam tal processo, ou seja, [...] estudar políticas é analisar porque e como o Estado age, dadas as condições que o cercam (MARQUES; FARIA, 2013, p.23). Nesta lógica, o primeiro passo seria a análise da lógica interna de funcionamento da política ora analisada. Ao levar em consideração que a base legal apresenta as finalidades e competências de determinada política e o aparato institucional assume a responsabilidade de materializar as prerrogativas legais estabelecidas, buscou-se compreender o desenho legal-institucional da política esportiva local. Para tal, elencou-se os principais dispositivos legais correlatos a temática em questão bem como, a estrutura administrativa destinada ao esporte e lazer no município investigado.

Ao analisar o arcabouço legal correlato ao esporte foi possível diagnosticar que a Lei Orgânica Municipal de Brumado (LO) promulgada a partir da assembleia municipal constituinte de 1990 e reformulada em 03 de abril de 2004, instituiu a seguinte competência correlata ao esporte: “Art. 176 – O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais [...]” (BRUMADO, 1990, p.78). Nesta perspectiva, observa-se um alinhamento com as premissas elencadas no Art. 217, Cap. II, da Constituição Federal de 1988 “II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento”. Ao mesmo tempo, constatou-se a previsão legal de atendimento ao lazer na LO “Art. 177 – O município incentivará o lazer como forma de promoção e integração social” (BRUMADO, 1990, p.78). Tais dados apresentam correlação com os resultados encontrados por Silva *et al.*, (2019) na análise desenvolvida acerca da política pública de esporte e lazer implementada no município de Belo Campo. Os autores identificaram dispositivos legais relacionados ao amparo do esporte educacional na condição de prioridade da política esportiva local.

Outro marco legal para o esporte e lazer foi a Lei 1.699/2013 que estabeleceu uma reorganização administrativa do setor esportivo com base na criação da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SECULT). Neste sentido, o órgão responsável pelo fomento do esporte e lazer passou a ser denominado “Departamento de esporte, lazer e turismo” com a finalidade de exercer, orientar e coordenar as atividades culturais, esportivas, artísticas de lazer. Até então, tais ações eram correlatas a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Logo, com o desmembramento das secretarias criou-se uma pasta exclusiva para o fomento da política educacional, sendo que, a divisão de esporte escolar permaneceu no setor educacional.

Figura 1 - Organograma da SECULT.



Fonte: Lei de estrutura administrativa de Brumado/BA (2013a). Organograma elaborado pelos autores.

Ao analisar o organograma ora apresentado pode-se constatar a divisão das atividades por unidades administrativas distintas no bojo da SECULT. Com isso, verificou-se que a divisão de atividades e praças esportivas se apresenta como órgão responsável pela gestão e manutenção dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer existentes no município. Sendo assim, coube a divisão de projetos de esporte, lazer e turismo, o papel de fomentar eventos na área. A divisão de equipamentos e materiais esportivos assumiu a função de auxiliar o desenvolvimento das atividades planejadas por meio do fornecimento de recursos materiais.

A lei complementar n. 04 de 16 de dezembro de 2013 instituiu o Código de Obras e Urbanismo do município, estabelecendo assim, várias diretrizes para o lazer. Desde então, passou-se a garantir a reserva de áreas livres para o lazer em empreendimentos residenciais bem como, o incentivo a formalização de parcerias público-privadas no intuito de criar e/ou manter áreas públicas de lazer. Ao levar em consideração o potencial das atividades econômicas do município percebe-se a possibilidade de materialização de ações voltadas ao financiamento público-privado da política ora analisada. Contudo, não foi possível identificar a existência de uma lei de incentivo municipal ao esporte voltada a renúncia fiscal para o patrocínio de atividades relacionadas ao setor bem como, a ausência de dispositivos legais que regulamentassem o apoio financeiro do setor privado às ações esportivas oriundas de organizações não-governamentais.

O dispositivo legal n. 1.739, de 30 de dezembro de 2014 instituiu a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente. Neste sentido, foram definidas algumas prerrogativas legais relacionadas ao esporte e lazer voltados as crianças e adolescentes, tais como: a oferta de políticas sociais básicas de prevenção de riscos sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários com base em ações de caráter educacional, cultural e esportiva. Ao mesmo tempo, o dispositivo legal delineou como competência do poder público municipal, a destinação de recursos financeiros e espaços públicos para programações culturais e esportivas direcionadas a infância e juventude. Desta forma, percebe-se o caráter utilitarista da política esportiva na perspectiva de atendimento as demandas sociais relacionadas a integração familiar e/ou combate a violência.

Em adição, diagnosticou-se que a lei n. 1.752, de 30 de junho de 2015 reformulou o Plano Municipal de Educação. Até então, o referido Plano tinha sido elaborado pela gestão 2008-2012 por meio da lei n. 1.583, de 28 de dezembro de 2009. As principais alterações estão relacionadas a organização de programas destinados a promoção e ampliação da oferta de atividades esportivas adaptadas. Por outro lado, a lei n. 1.770, de 28 de março de 2016 homologou a aprovação do Plano Municipal da Infância e Adolescência. O plano em questão aponta o déficit municipal em relação a ausência de uma lei de incentivo ao esporte enquanto vetor de captação de recursos para o setor. Ao mesmo tempo, o documento evidencia o conjunto de espaços e equipamentos esportivos existentes no município e que podem ser utilizados para o fomento da prática esportiva por meio da articulação de ações entre diversas secretarias. Ademais, o plano definiu como meta a realização de oficinas lúdicas e esportivas com vistas ao fortalecimento de vínculos entre as crianças e os familiares bem como, a sociedade em geral.

Neste interim, torna-se necessária a compreensão do processo de planejamento e gestão da política esportiva local com vistas ao estabelecimento de relações entre a base legal e o aparato institucional delineados anteriormente e a formação da agenda governamental e as prioridades elencadas para o esporte e lazer no município. Desse modo, espera-se identificar as continuidades e rupturas do processo político do esporte e lazer delineado em representações político-partidárias distintas.

O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DA POLÍTICA ESPORTIVA LOCAL

O planejamento e gestão das políticas públicas caracterizam-se por meio da atuação do órgão gestor na realização de ações relacionadas a elaboração de planos, programas e projetos específicos para determinada política (BARROS, 2009). Por outro lado, o advento da tecnologia proporcionou uma nova dinâmica a vida social moderna no tocante as questões de ordem política. As propostas de governo dos candidatos passaram a ser socializadas por meio de ferramentas digitais e as a internet estabeleceu um novo canal de acesso e difusão de posicionamentos político-ideológicos distintos. Nesta perspectiva, torna-se crucial uma análise sobre os elementos estruturantes do planejamento e gestão da política esportiva local, os quais envolvem as propostas de governo, a formação da agenda governamental e as peças orçamentárias delineadas pelo poder executivo municipal.

No que se refere as propostas para o esporte e lazer com base no plano de governo do candidato eleito ao cargo de prefeito municipal será apresentada as pautas elencadas por cada candidato durante o período eleitoral. Para tal, levou-se em consideração as informações contidas nos planos de governo disponibilizados no portal do Tribunal Superior Eleitoral. Em relação ao candidato eleito para a gestão municipal 2008-2012, o plano de governo não foi disponibilizado pelo partido político na plataforma DivulgaCand do Tribunal Superior Eleitoral. Desse modo, inviabilizou-se a identificação das propostas correlatas ao tema investigado. No plano de governo do candidato eleito para a gestão 2013-2016 foi possível constatar uma série de pautas que envolvem desde a construção de espaços e equipamentos até a ampliação do orçamento voltado a função Desporto e Lazer.

a) Reestruturação das praças públicas que estejam em desacordo com as necessidades da população, melhorando-as esteticamente e com novos mecanismos para o lazer e prática de atividades físicas; b) Fortalecer as práticas esportivas na rede de escolas municipais, começando pela iniciação esportiva, passando pela disseminação do esporte em larga escala e em diferentes modalidades, até a descoberta de talentos para o esporte competitivo; c) Incentivar a prática de esporte amadora, bem como as agremiações esportivas que representem o município em competições esportivas estaduais, nacionais e internacionais; d) Assegurar o investimento no esporte de alto rendimento, potencializando parcerias com a iniciativa privada; e) Valorizar as demais dimensões do esporte: amador (por meio das respectivas ligas, clubes e demais organizações), recreativo, paraolímpico e não-olímpico; f) Valorizar o futebol de campo e o futsal como espaço de convivência coletiva e democratizar o uso dos campos e quadras destinados à sua prática; g) Resgatar o Torneio da Primavera, competição que envolvia várias modalidades esportivas entre os alunos das escolas da rede municipal e privada do município, bem como incentivar a criação de novas competições que estimulem a prática esportiva para crianças e adolescentes; h) Implantar novas áreas de lazer para a família, bem como novas áreas para prática de atividades físicas, com o aparelhamento adequado para tanto (TSE, 2012).

Em adição, identificou-se propostas para o esporte e lazer alicerçadas nas premissas da inclusão social, política urbana e meio ambiente. Com isso, foram delineadas propostas de implantação e transformação de praças públicas em espaços destinados a prática esportiva, respeitando assim, a diversidade regional do município. O candidato eleito para a gestão 2017-2020 apresentou propostas para o esporte vinculada as diretrizes de educação e assistência social que compuseram o plano de governo. Neste sentido, articulou-se propostas baseadas na implantação de escolas de tempo integral que ofertassem práticas esportivas baseadas na sustentabilidade e promoção da saúde (TSE, 2012).

Desta maneira, pode-se observar que a gestão 2013-2016 se apresenta com o maior número de propostas sistematizadas para o setor em questão. Além disso, percebeu-se a diversificação das ações a serem implementadas bem como, a abrangência das atividades relacionadas ao público-alvo a ser beneficiado. Por outro lado, a gestão 2017-2020 direcionou as ações esportivas para o campo educacional, alinhando-se com as prerrogativas legais delineadas na Lei Orgânica Municipal.

Ao analisar a agenda governamental para o esporte e lazer por meio das prioridades elencadas nas peças orçamentárias constatou-se que o planejamento plurianual de cada governo investigado apresentou propostas para o setor. A gestão 2009-2012 indicou a implantação de espaços esportivos e gestão das ações administrativas do esporte e lazer como metas da agenda governamental. Neste sentido, foram alocados recursos financeiros destinados: a construção de quadras, ampliação e reforma do estádio municipal e incentivo ao esporte amador (BRUMADO, 2009).

A gestão 2013-2016 priorizou ações voltadas “a criação e difusão de esportes e expressões artístico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer [...]” (BRUMADO, 2013). Para tal, definiu-se como pautas da agenda governamental para o esporte e lazer local: o incentivo ao esporte amador; a construção de quadras esportivas e ampliação e reforma do estádio municipal e do ginásio de esporte (BRUMADO, 2013). A gestão 2017-2020 alicerçou as pautas para o setor no programa vida ativa e cultural. Basicamente, foram elencadas questões voltadas a infraestrutura esportiva, a saber: construção, reforma e ampliação de quadras; ampliação e reforma do estádio municipal; construção de campos de futebol na zona rural e urbana; construção de ciclovias, pistas de caminhada e praças de lazer (BRUMADO, 2017).

Quadro 1 – Ações de infraestrutura esportiva no município de Brumado.

ANO	AÇÃO	VALOR (R\$)
2009	Reforma de alambrados em duas quadras de esportes	51.546,15
2010	Fixação de alambrados em duas quadras de esportes	149.855,95
	Execução de serviços de construção de quadra poliesportiva na escola prof. Airton Viana Silva	63.156,37
2011	Execução de serviços de ampliação e reforma com construção de quadra poliesportiva na escola prof. Graça Assis	99.352,94
2012	Reforma no Ginásio de Esportes Antonio Imbassay	414.007,74
2013	Ampliação e reforma do Ginásio de Esportes Antonio Alves Ribeiro	119.065,04
	Reforma de quadra de esporte – CMEAS	2.488,99
	Construção de quadra na escolar Oscarlina Oliveira Silva e reforma na quadra de esportes da escolar Nice Públio	126.838,85
	Execução de serviços de construção de quadra de esporte anexa a Escola Nossa Senhora das Graças	94.736,45
	Coberturas de quadras esportivas	1.579.989,94
	Reforma para acessibilidade no ginásio de esporte Antonio Alves	14.665,40
	Construção de quadra de esportes da escolar Idalina Azevedo	116.881,36
2014	Reforma na quadra de esportes no povoado Campo Seco	4.839,79
2015	Construção de quadra anexa a escolar prof. Américo Zizico	49.131,67
2016	Reforma na quadra de esportes no povoado Várzea de Areia	7.185,24
	Recuperação do piso e contenção da quadra de esportes no povoado do Campo Seco	9.404,15
	Cobertura e instalação de alambrado na escola Idalina Azevedo Lobo	23.049,80
	Cobertura da quadra anexa a escolar Leonel Rosendo da Silva	142.044,00

2017	Atender despesa com construção da Quadra Poliesportiva com vestiário na Escola Municipal Manoel Fernandes dos Santos	146.871,17
	Serviço de retirada e reinstalação de alambrado no Ginásio Poliesportivo Governador Antônio Imbassahy	7.919,74
2018	Reforma de estrutura metálica da quadra poliesportiva da Escola Municipal Professor Ayrton Viana Silva	3.113,49
	Instalação de cobertura da quadra, contenção de talude, urbanização e construção de auditório da Escola Municipal Manoel Fernandes dos Santos	1.023.731,11
	Execução de serviços de instalação de padrão monofásico e suporte para refletores na quadra poliesportiva da Escola Americo Zizico, no povoado de Umburanas.	1.750,00
2019	Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma da Quadra Poliesportiva da Vila Presidente Vargas	26.888,45
	Construção de quadra poliesportiva no Bairro Cidade das Esmeraldas	198.966,79

Fonte: Dados do diário oficial do município. Quadro elaborado pelos autores.

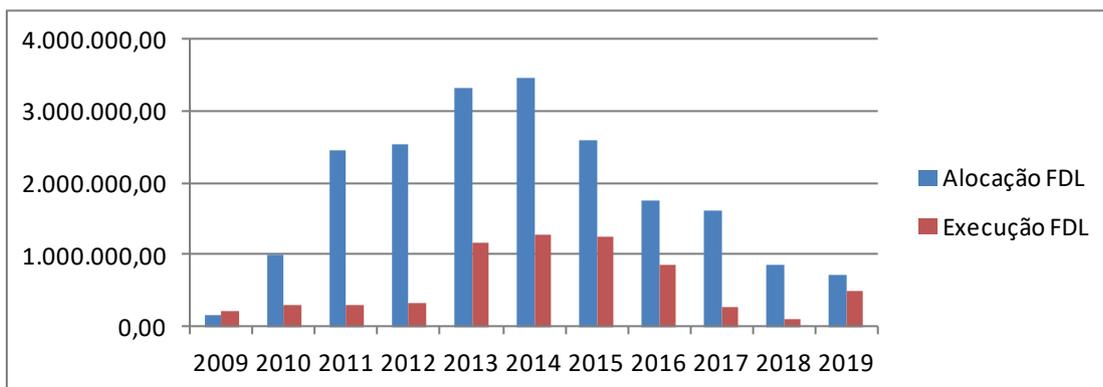
De forma complementar, o quadro 1 explana as ações desenvolvidas e os recursos alocados no âmbito da infraestrutura esportiva local no período de 2009 a 2019. Trata-se de valores nominais que não foram corrigidos monetariamente. Logo, observa-se ações voltadas a construção e/ou manutenção de espaços e equipamentos esportivos tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, com destaque para ações realizadas nas unidades escolares municipais e fontes de financiamento oriundas da política educacional.

A existência de ações incrementais relacionadas ao investimento na área de infraestrutura esportiva local tornou-se recorrente, ao levar em consideração que todos os governos analisados priorizaram a construção e/ou manutenção de espaços e equipamentos esportivos municipais “em virtude da complexidade e do volume de questões que apresentam a esses formuladores, apenas algumas delas são realmente consideradas em um determinado momento” (CAPELLA, 2007, p.88). Tais dados corroboram com a perspectiva teórica delineada por Lindblom (1979), denominada Incrementalismo. Para o autor, as ações política são contínuas, considerando o fato que os agentes públicos dificilmente irão provocar mudanças muito radicais no *status quo* do campo político. Desse modo, a tomada de decisão dos agentes públicos passa a ser orientada nas ações estabelecidas em governos anteriores, assumindo assim, um baixo custo político e limitando a capacidade de adoção de políticas públicas inovadoras.

Em relação a dinâmica financeira correlata a alocação e execução orçamentária da função Desporto e Lazer (FDL) verificou-se uma variação significativa durante o período analisado (gráfico 1). Vale destacar que os dados não foram deflacionados. Sendo assim, observou-se a alocação de um volume expressivo de recursos financeiros para o setor em questão. As dissonâncias entre a alocação e execução orçamentária da Função Desporto e Lazer (FDL) podem apresentar relação com diversas questões explicativas, tais como: incapacidade técnica-operacional do quadro de funcionários da unidade administrativa responsável pela política esportiva local; inflação dos valores alocados na FDL com vistas a ampliação dos recursos financeiros para o setor esportivo; redução da arrecadação tributária municipal, possibilitando assim, o contingenciamento ou cortes no orçamento previsto para o setor; realocação do orçamento municipal por meio de aditivos ou emendas, direcionando os recursos do esporte e lazer para o atendimento de outras áreas.

Apesar da literatura especializada apontar o aumento de recursos públicos para as políticas sociais durante o período eleitoral, o município de Brumado não apresentou um padrão referente ao esporte e lazer, ao considerar que a alocação orçamentária da FDL no período das eleições 2012 apresentou um pequeno acréscimo em relação ao ano anterior e a alocação orçamentária da FDL no período das eleições 2016 apresentou uma redução significativa dos valores direcionados ao setor. Outro dado importante diz respeito a relação da variação dos recursos direcionados a FDL com base no Produto Interno Bruto (PIB) do município. Neste contexto, pode-se diagnosticar que o período de crescimento do PIB *per capita* corresponde ao período de elevação da alocação orçamentária da FDL com exceção do ano de 2018.

Gráfico 1 - Gestão financeira da FDL no município de Brumado – em reais.



Fonte: Dados orçamentários do município. Gráfico elaborado pelos autores.

Apesar da literatura especializada apontar o aumento de recursos públicos para as políticas sociais durante o período eleitoral, o município de Brumado não apresentou um padrão referente ao esporte e lazer, ao considerar que a alocação orçamentária da FDL no período das eleições 2012 apresentou um pequeno acréscimo em relação ao ano anterior e a alocação orçamentária da FDL no período das eleições 2016 apresentou uma redução significativa dos valores direcionados ao setor. Outro dado importante diz respeito a relação da variação dos recursos direcionados a FDL com base no Produto Interno Bruto (PIB) do município. Neste contexto, pode-se diagnosticar que o período de crescimento do PIB *per capita* corresponde ao período de elevação da alocação orçamentária da FDL com exceção do ano de 2018.

Em adição, a receita orçamentária municipal alicerçada no Imposto Sobre Serviços (ISS) e no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU) aumentou consideravelmente durante o período analisado, especialmente nos anos de 2013 e 2017. Desse modo, é possível associar o aumento da alocação orçamentária da FDL do período abordado, ao aumento da arrecadação de impostos no município e consequentemente, ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Vale destacar que as alocações e execuções orçamentárias anuais para o setor representaram, em média, valores superiores a 1% do PIB municipal. Tais dados corroboram com os estudos de Santos; Canan e Starepravo (2018, p. 9), os quais afirmam que “mesmo não tendo obrigatoriedade de investir em políticas públicas de esporte e de lazer, os municípios do estado da Bahia foram proativos nos anos aqui analisados. Isso significa que há fatores institucionais internos aos municípios que estão permitindo que essas políticas sejam descentralizadas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proporcionou uma série de reflexões acerca dos elementos que constituíram as políticas públicas de esporte e lazer implementadas no município de Brumado, a saber: a base legal e o aparato institucional relacionada aos fenômenos abordados e o planejamento e a gestão financeira dos recursos destinados a Função Desporto e Lazer. Desta forma, foi possível estabelecer uma análise comparativa da política esportiva nos governos que administraram a prefeitura municipal de Brumado com base em representações político-partidárias distintas, evidenciando assim, as aproximações e distanciamentos observados em relação aos elementos em questão.

Nesta perspectiva, foi possível concluir que o primeiro governo analisado apresentou pautas pontuais para o esporte e lazer. A base legal manteve-se inalterada em relação aos dispositivos legais evidenciados na lei orgânica municipal. Em adição, o aparato institucional do setor não sofreu modificações durante o ciclo abordado. Apesar do aumento considerável da alocação de recursos financeiros para o setor nos últimos anos de gestão, fatores não identificados colaboraram para a ineficiência na execução dos recursos destinados a FDL.

O segundo governo estabeleceu uma série de inovações para a gestão esportiva por meio da reorganização administrativa do aparato institucional destinado ao setor em questão. O Código de Obras e Urbanismo do município, a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente

e o Plano Municipal de Educação são exemplos de ações políticas que refletiram diretrizes relacionadas a conduta da política esportiva local. Contudo, a ausência de uma pasta específica para o fomento da política esportiva manteve o direcionamento das ações condicionado a atuação do Departamento de Esportes e unidades correlatas. Neste contexto, acredita-se que a ausência de autonomia e independência administrativa e financeira do esporte e lazer se apresentam como elementos prejudiciais ao desenvolvimento de uma política esportiva significativa.

O terceiro governo deu sequência as ações desenvolvidas no governo anterior, apresentando poucos elementos de inovação. No que diz respeito a agenda governamental para o esporte e lazer identificou-se similaridades nas pautas definidas como prioritárias nos instrumentos de gestão pública, destacando-se a infraestrutura esportiva como principal ação dos governos analisados. Além disso, verificou-se uma dissonância entre a alocação e execução dos recursos financeiros destinados ao setor. Ao mesmo tempo, diagnosticou-se uma relação entre o aumento de PIB, arrecadação tributária e a ampliação dos recursos financeiros destinados ao setor.

Os ciclos de gestão da prefeitura municipal apresentaram ações distintas no que diz respeito a base legal e o aparato institucional destinado ao setor esportivo. Contudo, a análise do planejamento demonstrou a natureza difusa das propostas de governo e ao mesmo tempo, um alinhamento voltado a infraestrutura esportiva. Além disso, a dissonância entre a alocação e execução orçamentária tornou-se uma ação recorrente, independentemente do ciclo analisado. Sendo assim, pode-se concluir a distinção político-partidária não foi uma variável determinante no processo político em questão. Logo, espera-se o desenvolvimento de novos estudos na área no intuito de estabelecer analogias sobre o padrão de comportamento da política esportiva em contextos municipais.

REFERÊNCIAS

BARROS, A.P. **A política ambiental e o poder local: uma análise das políticas públicas de meio ambiente do município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BRUMADO. Lei nº 1.816, 16 de outubro de 2017. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública do Município de Brumado, Estado da Bahia, para o período de 2018-2021, e dá outras providências, **Diário Oficial** [do município de Brumado - BA], 2017. Disponível em: <<http://www.brumado.ba.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Lei nº 1.752, 30 de junho de 2015. Reformula o Plano Municipal de Educação do Município de Brumado, Estado da Bahia, para o período de 2015-2025, **Diário Oficial** [do município de Brumado - BA], 2015. Disponível em: <<http://www.brumado.ba.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Lei nº 1.692, 25 de setembro de 2013. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública do Município de Brumado, Estado da Bahia, para o período de 2014-2017 e dá outras providências, **Diário Oficial** [do município de Brumado - BA], 2013. Disponível em: <<http://www.brumado.ba.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Lei nº 1.699, de 17 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa do município de Brumado. **Diário Oficial** [do município de Brumado - BA], 2013a. Disponível em: <<http://www.brumado.ba.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Lei nº 1.574, 10 de dezembro de 2009. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública do Município de Brumado, Estado da Bahia, para o período de 2010-2013, e dá outras providências, **Diário Oficial** [do município de Brumado - BA], 2009. Disponível em: <<http://www.brumado.ba.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Lei nº 01, de 05 de abril de 1990. Lei orgânica do município de Brumado. **Diário Oficial** [do município de Brumado - BA], 2004. Disponível em: <<http://www.brumado.ba.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

CAPELLA, A.C.N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, v.1, p.87-124, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Características socioeconômicas do município de Brumado. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

- LINDBLOM, C.E. "Still Muddling, Not Yet Through", **Public Administration Review**, v.39, p.517-526, 1979.
- MACIEL, A.P.B.; ALARCON, A. de O.; GIMENES, É.R. Partidos políticos e espectro ideológico: Parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v.8, n.3, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834/34608> Acesso em: 02 dez. 2019.
- MARQUES, E.; FARIA, C.A.P. (Orgs). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SANTOS, E.S.; CANAN, F.; STAREPRAVO, F.A. Investimento na função desporto e lazer por parte dos municípios da Bahia de 2002 a 2011. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 29, n. 1, p. 2-10, 2018.
- SILVA, I.L.F. et al. Análise das políticas públicas de esporte e lazer implementadas no município de Belo Campo/BA. **Coleção pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.18, n.01, p.15-23, 2019.
- TSE. **Tribunal Superior Eleitoral**. Eleições municipais. 2012. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2012/1699/33910/50000010889>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Centro de Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer – CEGEL
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Av. José Moreira Sobrinho s/n,
Jequiezinho
Jequié/BA
45208-091